

● Nacional

PREÇOS

Escolas privadas debatem em reunião, em Brasília, reajuste da mensalidade

por S. Stéfani
de São Paulo

O governo federal está bem próximo de deparar-se, ainda nesta semana, com um novo impasse na área de reajuste dos preços. A questão, desta vez, não envolve, porém, nenhuma indústria ou estabelecimento comercial. O problema deriva, agora, para a área do ensino. Mais exatamente para o âmbito das escolas particulares, cujos proprietários não aceitam o teto máximo de aumento autorizado pelo Ministério da Educação, da ordem de 35%, com possibilidade de mais 17,5% a serem obtidos a partir de negociações com as associações de pais e mestres ou diretórios acadêmicos.

O ponto de partida para o impasse liga-se à proposta que será colocada, amanhã em Brasília, pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Minas Gerais, na reunião — organizada pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) —, das entidades de classe estaduais de todo o País que representam as escolas privadas.

Os empresários mineiros, inconformados com o índice fixado pelo governo federal, pretendem propor que as escolas particulares não dêem início ao ano letivo no dia 1º de fevereiro, tal como está previsto até agora. As aulas, de acordo com a proposta, somente seriam iniciadas depois que o governo federal aceitasse rever sua posição.

Roberto Dornas, presidente do sindicato de Minas Gerais e da Fenen, explica que a proposta resultou de uma assembléia realizada, sexta-feira, pela entidade mineira. "Não temos alternativa mesmo porque os professores, cujo dissídio, por coincidência, é dia 1º de fevereiro — já nos encaminham um pedido de reajuste de salários da ordem de 150%", argumenta. "Sem a possibilidade de um aumento maior nas mensalidades, não teremos como chegar nem perto do que está sendo solicitado e, em consequência, não teremos como iniciar as aulas, porque os professores provavelmente estarão em greve."

Dornas não cre que a iniciativa da entidade mineira possa vir a ser encaráda, no âmbito do governo federal, como mais um caso de desobediência civil — nome que vem sendo utilizado para batizar as tentativas de rebeldia por parte da iniciativa privada em relação ao controle dos preços.

"Há uma definição melhor para o que estamos propondo fazer", diz ele. "Trata-se de ações adotadas por estado de necessidade, as quais, de acordo com a lei, são, inclusive, excluentes de criminalidade."

Dornas considera que o índice aprovado pelo governo apenas repõe os aumentos de custos verificados no ano passado, sem levar em consideração nem mesmo a elevada inflação já prevista para janeiro e o reajuste de salário que terá de ser concedido aos professores. "E como as escolas teriam de fazer frente a todo este quadro com o mesmo valor da mensalidade no mínimo durante todo o primeiro semestre,

dar início às aulas seria começar um processo que fatalmente teria de ser interrompido dois ou três meses depois", considera. "Desta forma, a nós parece melhor nem começar".

A delegação paulista ainda não definiu a posição que levará, amanhã, para a reunião nacional da Fenen. A entidade também considera que o índice de reajuste autorizado não permitirá a sobrevivência da maior parte das escolas. Mas acredita, ao menos em princípio, que ainda é possível tentar reiniciar as negociações com o governo federal, em busca de uma fórmula de cálculo das novas mensalidades que possa atender às necessidades de todas as partes envolvidas na questão.

"Não temos como evitar um reajuste elevado nos salários dos professores", diz Sergio Antônio Sales Arcuri, vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo. "Ainda mais depois que o próprio Estado já concedeu um aumento de 40% para os seus professores, os quais, agora, serão beneficiados, ainda, com mais 25% referentes ao reajuste geral dos funcionários públicos."

Arcuri conta que, em São Paulo, as escolas particulares estão pagando, em média, de CZ\$ 15 a CZ\$ 30 por hora/aula, dependendo da série para a qual o professor leciona. "Na prática, isso significa que um professor ganha, hoje, no estado, entre CZ\$ 3 mil e CZ\$ 5 mil para dar seis aulas por dia, que é o máximo permitido em cada estabelecimento".

Tal fato, de acordo com ele, está levando a dois problemas simultâneos: professores estão acumulando aulas em várias escolas, em prejuízo do padrão de ensino; grande evasão de professores para outras áreas de atividade, em muitos casos de menor importância, mas melhor remuneradas.

O vice-presidente da entidade paulista afirma que, antes da determinação governamental, boa parte dos pais de alunos vinha concordando com reajustes mais elevados no valor das mensalidades, como forma de tentar a manutenção da qualidade do ensino.

"Agora, a maior parte das escolas está voltando a procurar os pais dos alunos e verificando se há concordância sobre a manutenção do que fora anteriormente acertado", conta.

Ele não considera que, nesse caso, aumentos acima do autorizado pelo governo possam ser considerados ilegais ou classificados dentro da definição de desobediência civil. "Não há como ser considerado ilegal aquilo que é definido por acordo entre as partes", diz.

O sindicato de Minas Gerais não pretende levar, para a reunião, qualquer proposta fixa de índice de reajuste, por considerar que existem diferenças muito grandes entre as diversas escolas e, sobretudo, entre as várias regiões do País. A entidade paulista, no entanto, vem trabalhando, desde o final do ano passado, com um número — 106% — abaixo do qual considera muito difícil a sobrevivência e/ou a manutenção do nível das escolas ao longo deste primeiro semestre.